

Coluna do Castello

Mandato, questão não resolvida

O desenrolar dos acontecimentos depois da decisão do presidente de permanecer no governo até 1990 ainda não justifica a confiança do sr. José Sarney de que, com sua declaração solene, o assunto estava definitivamente resolvido. Ele contava que a maioria do PMDB, associada do PFL e a forças menores, comporiam a maioria desejada para que a Constituinte referendasse uma decisão presidencial, tomada embora contra os cânones da ciência jurídica.



Ele tinha suas razões para pensar assim. Os dirigentes do PMDB e do PFL, srs. Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, haviam com antecedência concordado com sua decisão, e o primeiro deles chegou a transferir-se de Brasília ao Rio para ouvir ponderações em favor da posição do presidente. Os dirigentes partidários não têm faltado com sua lealdade ao presidente, mas o fato é que, em ambos os partidos, principalmente no PMDB, a resistência é renitente, a ponto de o líder Carlos Sant'Anna não se mostrar tranqüilo quanto aos votos com que contará no plenário para definição do mandato de cinco anos. Ele chega a insinuar com realismo que as condições políticas, econômicas e sociais do momento é que irão definir a posição da Constituinte.

O PMDB continua muito dividido sobre várias questões e especificamente em torno dessa questão do mandato. O sr. Ulysses Guimarães conduziu a Executiva a negar a convocação de uma convenção nacional para 14 próximo, o que em si mesmo não é sintoma de confiança na decisão dos convencionais. Mas a idéia da convenção não morreu. Ela ressurge inspirada por vários deputados e sempre apoiada pelo senador Mário Covas, informado com o cancelamento da primeira convenção. Outra reunião desse tipo está sendo promovida pelo deputado Maurício Fruet, que já conta com metade das assinaturas (150) de convencionais para reunir o partido.

O senador Afonso Camarco já havia antecipado a idéia, embora se tratasse então de uma reunião informal das bases, que o senador chegou a caracterizar como reunião das "bases independentes". O senador curiosamente não se inscreve na oposição ideológica ao presidente. Sua oposição é de natureza política, pois se trata de alguém que, por sua origem e por sua carreira, inscreve-se de preferência numa lista de parlamentares do centro conservador. A coincidência de sua luta conta o governo Sarney com a posição dos grupos radicais deve limitar-se à de reduzir o mandato e de forçar o presidente a tomar iniciativas que o retrocedam a compromissos atribuídos a Tancredo Neves. Ele prefere dar ênfase ao combate à ferrovia Norte-Sul.

A corrente ideológica do PMDB está muito empenhada nos trabalhos da Constituinte e, pelo menos por enquanto, dá como secundário o problema do mandato, embora seus setores mais radicais preconizem a convocação de eleição para algumas semanas depois da promulgação da Constituição. O senador Covas, que é um político de perfil esquerdista, não é, contudo, um radical. Sua convicção de que o mandato deve ser de quatro anos não é de natureza ideológica, mas vinculada a compromissos da campanha do seu partido os quais deseja preservar. Mas se o PMDB decidir, por sua bancada ou por uma convenção, por outro período de mandato ele aceitará a decisão, como líder que aspira a ser fiel aos seus liderados.

O presidente Sarney está contando no partido com o grupo do presidente Ulysses Guimarães, que mobiliza sua gente, embora encontrando resistência, com os inscritos no "centro democrático" do deputado Carlos Sant'Anna, e com os deputados e senadores fiéis aos governadores de Minas, de São Paulo, do Paraná e de alguns estados do Nordeste. Esse apoio nem sempre é confiável, pois a bancada mineira, por exemplo, praticamente destituiu seu coordenador, reivindicando uma linha direta com o Palácio do Planalto. Ou todos se aproveitam ou restaura-se a autonomia.

Política e ideologicamente o quadro é confuso e não parece fácil diagnosticar uma composição unitária de apoio ao presidente Sarney dentro de um partido que resiste em assimilá-lo como seu presidente de honra. No PMDB como no plenário da Constituinte tudo parece pender mais do restabelecimento da credibilidade do governo, comprometida pela alta taxa de inflação, pelos juros e pelo descontamento generalizado da sociedade do que da fidelidade partidária ao presidente da República. Não depende, portanto, de articulações nem de adesões o destino do mandato presidencial, mas de circunstâncias incontrolláveis.

No PFL, a deputada Sandra Cavalcanti comanda uma rebelião contra o mandato de cinco anos e por eleições já, contando com poder de convencimento sobre bases descontentes que se armam para disputar as eleições municipais do próximo ano. A fidelidade ao presidente, no entanto, deve ser assegurada pelos srs. Marco Maciel, Aureliano Chaves e Jorge Bornhausen.

Bresser Pereira no sertão do Nordeste

Os ministros da Fazenda, Bresser Pereira, e do Planejamento, Anibal Teixeira, e o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, se deslocarão no final da semana para o coração do Nordeste pobre e seco. Eles vão com deputados de toda a região e governadores a Patos e Souza, na Paraíba, onde terão o retrato de uma realidade da qual, segundo o deputado Osvaldo Coelho, nenhum cidadão de São Paulo tem a mínima noção. Isso faz parte da mobilização do Nordeste por melhor tratamento na Constituição.

Carlos Castello Branco